

# POLISSEMIA VERBAL E REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA ARGUMENTAL

## *VERBAL POLYSEMY AND ARGUMENT STRUCTURE REPRESENTATION*

Daniela Cid de Garcia<sup>1</sup>

Marília Uchoa Cavalcanti Lott de Moraes Costa<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas abordagens teóricas sobre raízes verbais e fazer algumas considerações sobre a polissemia de verbos do português brasileiro a partir dos verbos levantar, enterrar e raspar. Utilizamos como base teórica propostas não-lexicalistas para verificar as restrições quanto às leituras semânticas que esses verbos podem apresentar, a depender da estrutura argumental em que estão inseridos. Apresentamos ainda um desdobramento experimental para examinar a representação dos sentidos presentes nas raízes. O trabalho permitiu uma reflexão sobre algumas das questões de que tratam os estudos em interface sintaxe-semântica e sobre possíveis vantagens de uma proposta não lexicalista na busca por uma adequação explicativa para a polissemia verbal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Polissemia, estrutura esqueletal, interface sintaxe-semântica.

### ABSTRACT

This article aims to present some theoretical approaches on verbal roots and draw some considerations about the polysemy of Brazilian Portuguese verbs from the verbs levantar, enterrar and raspar. We intended to verify the restrictions as to the semantic readings that these verbs can present, depending on the argument structure in which they are inserted. We also present an experimental development to examine the representation of the senses in the roots. We reflected on some of the issues addressed by studies in syntax-semantics interface and on possible advantages of a non-lexicalist approach in the search for an explanatory adequacy for verbal polysemy.

**KEYWORDS:** Polysemy, skeleton structure, syntax-semantics interface.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Anglo-Germânicas. Contato: daniela@letras.ufrj.br

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Letras-LIBRAS. Contato: marilia@letras.ufrj.br

## 1. Introdução

Este artigo tem por objetivo fazer algumas considerações acerca da polissemia de verbos do português brasileiro, verificando as possibilidades e os limites das leituras semânticas que esses verbos podem engendrar, a partir de diferentes preenchimentos lexicais nas estruturas sintáticas em que estão inseridos. Utilizamos como guia teórico a proposta construcionista, às vezes denominada neoconstrucionista, ou ainda não lexicalista, trabalhada por diferentes autores (MARANTZ, 1984; HALLE; MARANTZ, 1993; HALLE; MARANTZ, 1994; MARANTZ, 1996; HARLEY; NOYER, 1999; HALE; KEYSER, 2002; EMBICK; NOYER, 2004; BORER, 2005b; BORER, 2005a; EMBICK; NOYER, 2007; HARLEY, 2008; MARANTZ, 2013; LEMLE; CASTRO, ms).

O desenvolvimento deste artigo consistirá em duas partes essenciais. Na primeira, será feita uma breve apresentação da discussão teórica que deu margem às questões aqui abordadas. Na segunda, apresentaremos três verbos do português (levantar, enterrar e raspar), buscando (1) apontar um significado que mais se aproximaria do sentido enciclopédico e (2) discutir leituras mais idiomatizadas da mesma raiz em diferentes configurações. Ao fim, faremos uma breve conclusão, seguida de uma reflexão sobre um possível desdobramento experimental, focado especificamente na questão do sentido enciclopédico mínimo presente nas raízes.

## 2. Localização Teórica

As questões incitadas neste artigo têm origem na discussão sobre o papel do léxico na determinação de projeções sintáticas. Esse debate, por sua vez, insere-se na disputa entre propostas lexicalistas (e.g. Chomsky, 1995) e não-lexicalistas (e.g. Halle; Marantz, 1993) na busca por um modelo eficiente de gramática, capaz de apreender fenômenos observados em diferentes línguas. As duas visões diferem na medida em que apontam elementos diferentes como primitivos da computação sintática. Sendo assim, as propostas lexicalistas assumem a existência de um léxico onde estariam armazenadas todas as palavras que o indivíduo conhece e que entram na numeração, da qual são selecionados os itens vocabulares para a computação sintática. A computação se dá, portanto, no nível supraléxico – ou seja, os traços de que as palavras são compostas (fonológicos, formais, lógicos) encontram-se já fundidos no repositório vocabular e o acesso lexical é feito diretamente à palavra, que já existe como um todo a priori nessa lista (listema). A Hipótese da Integridade Lexical (*Lexical Integrity Hypothesis* – LIH),

introduzida por Chomsky no artigo *Remarks on Nominalization* (Chomsky, 1970), norteou, pelas duas décadas que o seguiram, o posicionamento da Gramática Gerativa no que diz respeito ao status das palavras no sistema linguístico – e foi assumida também pelo Minimalismo: a sintaxe não lida com categorias sublexicais. Sendo assim, a abordagem lexicalista considera as palavras como sendo os átomos das categorias gramaticais com que a sintaxe deve trabalhar, sendo articuladas entre si para formar frases – e estas sim terão sentido composicional a partir do significado das palavras que as compõem. Haveria, portanto, um espaço independente onde as palavras são formadas e em que a sintaxe não opera – o que se justificaria, grosso modo, pelo fato de as palavras possuírem “significados especiais”, idiossincráticos, arbitrários. Por outro lado, modelos não lexicalistas como o da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993) defendem que haja sempre sintaxe combinando elementos dentro e fora das palavras (*syntax all the way down*). Dessa forma, os domínios de localidade para sentidos especiais seriam definidos sintaticamente, podendo ser às vezes maior que a palavra fonológica, às vezes menor (Marantz, 1998).

Desde os anos oitenta, muitas teorias da gramática foram construídas com a assunção de que a realização sintática de argumentos – sua categoria e sua função gramatical – é amplamente previsível pelo significado de seus verbos. Tais teorias tomam várias facetas da estrutura sintática de uma sentença como projeções lexicais de propriedades de seu predicador – seu verbo ou item lexical que seleciona um argumento. Para garantir tal condição, essas teorias incorporam condições que requerem que os argumentos do verbo sejam apropriadamente representados na representação sintática de sua sentença. Tais princípios incluem o Princípio de Projeção presente na proposta dos Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981, p. 29,38).

Na literatura, tais teorias são denominadas Projecionistas ou Lexicalistas. Há uma variedade delas, mas todas compartilham a premissa fundamental de que a entrada lexical de um verbo registra algum tipo de estrutura argumental ancorada na semântica, e assim determina a expressão morfossintática – ou projeção, também chamada de *labeling* – de seus argumentos (LEVIN; HOVAV, 2005). Nessa visão, o léxico seria uma lista (talvez uma lista gerativa) de um feixe de traços que é *input* para o Sistema computacional, a sintaxe. O Princípio de Projeção funde duas alegações: (i) verbos têm entradas lexicais estruturadas, que registram o número e o tipo de argumentos, e (ii) essas propriedades lexicais são configuracionalmente representadas em todos os níveis da representação sintática. A segunda alegação do Princípio de Projeção, nomeadamente, que propriedades lexicais são configuracionalmente codificadas em todos os níveis da representação sintática, não está mais presente na teoria desde o Programa Minimalista

(CHOMSKY, 1995, p. 188–189). No entanto, de acordo com Levin e Hovav (2005) a teoria permanece projecionista no sentido da alegação (i).

A tentativa de dar conta da natureza fundamental da complexidade lexical, de um lado, e da especificidade de cada configuração estrutural, de outro, deu origem ao campo de estudos conhecido como Interface Sintaxe-Semântica, cujos principais trabalhos nas últimas décadas revelam uma dificuldade patente de se obter um consenso sobre a questão de como as palavras são representadas (Levin & Rappaport, 1995; Jackendoff, 1990; Pustejovsky, 1995; Hale & Keyser, 1993). Pylkkänen (2002), dentro desse contexto, procura traduzir a complexidade lexical em termos de complexidade sintática:

[...] no que concerne à integração lexical especificamente, não parece justificável concluir que módulos completamente diferentes sejam responsáveis pela construção de entidades complexas como *joyfulness* em oposição a entidades complexas como *the girl ran*. (PYLKKÄNEN, 2002:12 – tradução nossa)

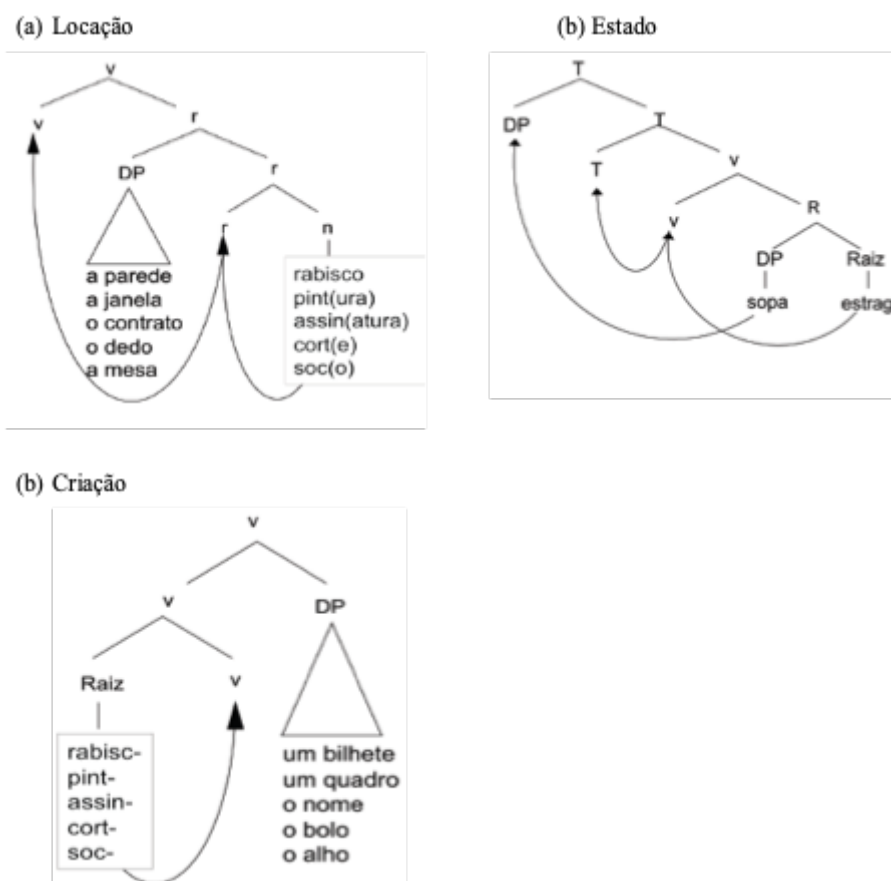
Essa ideia de que há uma estrutura sintática condicionando a incorporação de um sentido começou a ser entretida por Hale & Keyser (1993) numa investigação sobre o que seria a estrutura argumental *lexical* de verbos denominais. É a partir de uma retomada desse trabalho que Lemle e Castro (2009) desenvolvem seu argumento, mas colocando em perspectiva a ideia do verbo como sendo “responsável pela sintaxe em que recebe licenciamento (L-syntax) e a partir da qual atribui papéis temáticos” (Lemle e Castro, ms).

Harley (2008) é um trabalho que apresenta evidência empírica de línguas diversas no intuito de mostrar que nem as propriedades fonológicas nem as propriedades semânticas bastam para individualizar nós de raiz na sintaxe. A autora conclui que uma noção puramente formal para a identidade de raiz é necessária para computação sintática.

Borer (BORER, 2005a; BORER, 2005b) assume que raízes são acategoriais, adquirindo categoria dada a posição em que é inserida na estrutura sintática. Uma raiz verbal pode entrar livremente em vários contextos sintáticos, restrita apenas por um requisito de que o cerne do significado verbal e o significado da construção sintática sejam compatíveis. Construções com subestrutura sintática partilhada compartilharão de facetas de significado.

“The “constructivist” approach to argument structure is set in opposition to the “projectionist” approach associated with the “projection principle” within Government and Binding theory. On a projectionist view, argument structures are properties of verbs that are “projected” into the syntax via theta-role assignment and subcategorization features.” (MARANTZ, 2013, p. 154)

Ainda que tenham reconhecido a existência de uma sintaxe inerente ao item lexical, Hale & Keyser (1993) ainda postulam uma correspondência simples e unívoca entre o significado da palavra e as configurações sintáticas em que ela ocorre. A palavra é, nessa perspectiva, portadora de seu significado, havendo previsibilidade quanto à sua natureza. Essa abordagem se encaixa, segundo Lemle & Castro (ms), em uma concepção endo- esqueletal (BORER, 2003), segundo a qual “propriedades formais seriam projetadas de maneira determinística a partir de um item listado, com propriedades léxico-semânticas, sintáticas e morfológicas plenamente articuladas” (p. 33, apud Lemle; Castro, ms, tradução nossa). Nesse contexto, Hale & Kayser classificam os verbos em três paradigmas possíveis, sendo que um mesmo verbo não poderia pertencer a mais de um desses paradigmas. São eles: locação, estado e criação. Seguem abaixo as estruturas fornecidas por Lemle & Castro (2009) para essas três classes.



Fonte: LEMLE; CASTRO, ms

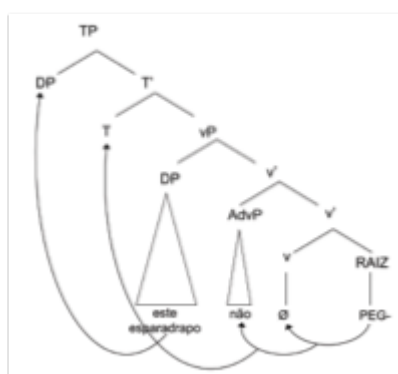
De acordo com Hale & Keyser, portanto, o verbo *rabiscar* teria sua estrutura argumental derivada a partir apenas da forma lexical do verbo, pertencendo apenas a uma das classes anteriores. No entanto, como ilustrado nas próprias estruturas desenhadas acima, esse mesmo

verbo pode tanto pertencer ao paradigma de locação (em *rabiscar a parede*) quanto ao paradigma de criação (em *rabiscar um bilhete*). Lemle & Castro (ms) argumentam, dessa forma, que não pode haver previsibilidade apenas no verbo como item listado, defendendo que

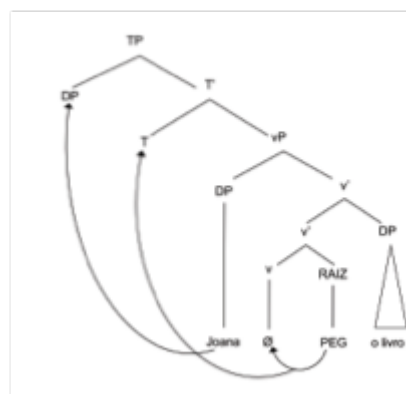
[...] a estrutura argumental vem de uma orquestração interativa entre **uma configuração sintática na qual a raiz está inserida e o significado arbitrário da raiz**, e não de uma sintaxe inerentemente entranhada a algum item lexical. (LEMLE; CASTRO, ms p. 3, grifo nosso)

A principal implicação dessa mudança de perspectiva em relação à abordagem lexicalista de Hale & Keyser (1993) está no fato de que a raiz deixa de ter um lugar fixo, predeterminado dentro da estrutura sintática. Em vez disso, a raiz traria certos traços, ou “significados mínimos”, que seriam ativados a depender da combinação com outras peças vocabulares, em diferentes configurações. Consideremos, por exemplo, o verbo *pegar*, um dos quatro analisados em Lemle & Castro (2009), em duas configurações argumentais possíveis:

(d) Intransitivo: *Este esparadrapo não pega.*



(e) Transitivo: *Joana pegou o livro.*



Fonte: LEMLE; CASTRO, ms

Em (d), as autoras consideram a propriedade de “aderir”, “grudar”, como sendo o “exemplo mais fiel” (p.5) ao que seria o sentido enciclopédico canônico da raiz PEG. Ressalte-se que esse significado pode variar entre falantes e que não deve ser tomado como sendo definitivo ou categórico. Afinal, o módulo enciclopédico está relacionado ao conhecimento de mundo, o que não é homogêneo mesmo entre os membros do que seria uma comunidade linguística. Como as próprias autoras reiteram, o sentido acima é o que elas estão “**considerando como** [o] significado enciclopédico [da raiz PEG]” (p. 5, grifo nosso).

Segundo elas, esse sentido seria estendido em função da composição em que o verbo se insere, abarcando diversas possibilidades de idiomatização. Se dissermos, por exemplo, *essa moda pega*, a presença da peça vocabular *moda* no lugar de *esparadrapo* na configuração (d)

faz com que tenhamos uma leitura de algo como “aceitação”, “difusão”. Esse novo sentido pode ter sido ativado pelo fato de *moda* ser um substantivo abstrato, compreendendo traços característicos que não permitem uma leitura mais física como a de “grudar”.

Na estrutura em (e), temos o verbo *pegar* em uma configuração transitiva. Nesse caso, o verbo *pegar* aparece em outra estrutura argumental, projetando argumento interno e externo. Aqui, segundo as autoras, podemos ver a semântica do verbo “se acrescentar de um sentido de ‘tomar para si’, ampliando a noção de *adesão*” (p.5).

Podem-se resumir as observações contidas em Lemle & Castro (ms) da seguinte forma: Temos, por um lado raízes menos especificadas do que aquelas propostas por teorias lexicalistas como a de Hale & Keyser. Essas raízes não trazem informação sobre estrutura argumental ou atribuição fixa de papéis temáticos e, portanto, não trazem uma restrição sobre a sua posição na estrutura sintática. A única informação presente nessas seria a respeito dos significados mínimos enciclopédicos que elas carregam. Por exemplo, a raiz PEG (de *pegar*) traria o significado mínimo de “adesão”, que poderia ser ampliado a depender da combinação com as demais peças vocabulares em diferentes configurações. A raiz CORR (de *correr*), por outro lado, traria mais de um sentido mínimo e as diferentes leituras ocorreriam por subtração, ou seja, pela ativação de um desses sentidos listados. Os sentidos mínimos da raiz CORR, segundo as autoras, seriam “percurso”, “rapidez” e “deslocamento”. As autoras não estabelecem qual seria a métrica que determinaria a ativação dos sentidos presentes na raiz. Novamente, pode ser algo que varie entre falantes. O que parece ser importante de se observar aqui é o fato de que a estrutura argumental em que o verbo vai figurar não se encontra pré-definida na raiz. A raiz é livre para estar presente em uma estrutura argumental transitiva ou intransitiva, assim como para figurar em diferentes paradigmas, seja de locação, criação ou estado. Podemos, por exemplo, pensar em uma leitura mais canônica do verbo *sangrar* em *a ferida sangrou* e em uma leitura menos canônica, como em *a represa sangrou*.

Lemle & Castro (2009) concluem sua argumentação afirmando que a polissemia verbal seria fruto da possibilidade, já apontada mais acima, de tirar do item lexical a responsabilidade pelos sentidos que pode ter e pelas estruturas que pode projetar. Alternativamente, essa responsabilidade seria distribuída entre

[...] uma contribuição mínima do significado inerente da raiz, uma composição de significados proveniente do cálculo ativado pelo arcabouço sintático e leituras idiomáticas específicas que podem ser renegociadas a partir dos cálculos composicionais que as fases da sintaxe comandam. (LEMLE; CASTRO, ms)

No entanto, é importante levar em consideração que os linguistas trabalhando com a construção da tecnologia desse sistema linguístico não negam que algumas raízes resistirão certas estruturas, e a semântica das raízes está presa à experiência e ao que é possível imaginar (MARANTZ, 2013). Marantz (2013) argumenta que o significado das raízes e a flexibilidade que elas têm de se combinar a certas estruturas esqueléticas tem relação em larga escala com a nossa experiência. Na frase, "Deu no jornal que vai chover", o verbo dar toma o significado de informar ou publicar, que seria pouco esperada em outras línguas, mas que é completamente gramatical para falantes de português brasileiro.

### 3. Os verbos e seus sentidos diversos

À luz do que foi exposto na seção anterior, faremos considerações sobre possíveis sentidos de três verbos do português (levantar, enterrar e raspar), tomando como base a proposta de Lemle & Castro (2009). Tomemos o verbo *levantar* para iniciar nossa análise. O primeiro passo seria pensar nos sentidos mínimos que definiriam o seu significado enciclopédico. Digamos que a raiz LEVANT traga a propriedade mínima de “erguer”. Pensemos agora em diferentes ocorrências desse verbo pertencendo a paradigmas distintos:

- (1) O atleta **levantou a taça** (estativo)
- (2) O prefeito **levantou um muro** (criação)

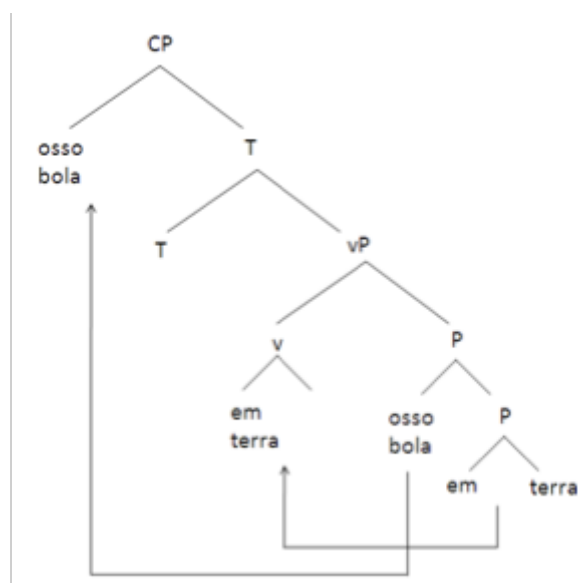
Ainda que pertencendo a paradigmas diferentes, ambas construções carregam o sentido primitivo de “erguer”. Por outro lado, nessa mesma construção sintática podem figurar outros sentidos, como, por exemplo, em *aquela cor levantou o ambiente*. Nessa construção, a presença do DP *o ambiente* no lugar de *a taça* ou *um muro* licencia uma leitura de “realçar”, “avivar”. Esse DP parece se diferenciar dos anteriores pelo fato de o ambiente não ser algo possível de ser erguido, já que um ambiente não é um objeto, mas uma configuração espacial criada pela disposição de objetos. Além disso, pode simplesmente ter uma leitura de “atmosfera”, como um espaço em um sentido menos físico. Esses traços podem ter-se combinado com algum sentido estendido da raiz LEVANT para fornecer essa outra leitura. O sentido “avivar” pode ter aparecido ativado da idéia de “erguer”, como no sentido de levantar do sono, acordar.

Analisemos agora o verbo *enterrar*. Esse verbo apresenta uma peculiaridade que não acontece com o verbo analisado anteriormente. Trata-se da presença de um relacionador, ou



uma preposição, dentro do que consideramos como sendo a palavra fonológica. Essa estrutura presente dentro da palavra faz com que o verbo carregue a noção de algo “em terra”. Consideremos as construções a seguir:

- (3) O cachorro **enterrou o osso** (locação)
- (4) O jogador **enterrou a bola** (criação?)



Fonte: elaboração própria

Classificamos a construção (4) como sendo de criação, em paralelo com a classificação de *tocar o sino* em Lemle & Castro (2009). Neste caso, trata-se da criação do som e, naquele, da criação do ponto pela jogada. Para alguns falantes da língua, essa seria a leitura disponível. No entanto, essa leitura de criação pode ser controversa, já que não há limite para o que pode ser interpretado como um predicado de criação. Além disso, alguns falantes mais familiarizados com as regras de basquete não reconhecem o ato de "enterrar a bola" como suficiente para a criação do ponto. A construção (4) tem, de qualquer forma, uma leitura diferente da de (3). O sentido de “por em terra” se estende para “passar para baixo”, seja do limite do chão, no caso canônico, seja do limite do aro da cesta. Sendo assim, temos a mesma estrutura argumental para os dois casos. Mas de onde viria a leitura diferente, se não da contribuição da estrutura argumental? No caso de enterrar o osso, o objeto permanece enterrado em um local. No caso de enterrar a bola, não existe a leitura de que a bola está em um lugar (na terra, embaixo da terra; na rede, embaixo da rede). Nesse sentido, talvez a estrutura de

locação não seja adequada para (4). No caso da leitura de criação, no entanto, é difícil determinar o que está sendo criado.

Outro verbo cujos sentidos diferentes suscitam reflexões interessantes é *raspar*. Consideremos algumas de suas possíveis ocorrências:

- (5) O marceneiro **raspou a parede** (estativo)
- (6) A Magali **raspou o prato** (estativo)
- (7) O automóvel **raspou o poste** (locação)

Se quiséssemos apontar a construção em que se tem o sentido que seria o mais fiel ao significado enciclopédico do verbo *raspar*, apontaríamos a (5). Esse uso do verbo *raspar* traz o sentido de “tirar parte da superfície de”. Em (6), temos uma ocorrência que se aproxima bastante da primeira, uma vez que se tira parte da superfície do prato quando se raspa o prato. A diferença é que se tira algo que estava na superfície do prato e não o próprio material de que o prato se constitui, como acontece com a madeira. A presença do DP *o prato*, portanto, deve ativar nessa configuração uma leitura de “comer tudo”. Essa leitura pode ser deflagrada pela propriedade do DP *o prato* de ser “algo tal que se come a partir de”. Na construção (7) temos um uso mais distante, uma vez que quando o carro *raspa o poste* ele não necessariamente tira parte da superfície do poste. Muitas vezes tira-se parte da superfície do carro, que pode ser arranhado. Ainda é possível usar o verbo *raspar* nesse contexto para dizer que o carro passou muito perto do poste, mas sequer o tocou.

Reitera-se que um verbo pode ter sentidos distintos em uma mesma estrutura sintática, a depender dos traços da raiz que são ativados na configuração em que ela se encontra – interagindo ainda com as outras peças de vocabulário.

#### 4. Desdobramentos experimentais possíveis

Diante dos dados observados e das considerações levantadas neste trabalho, uma questão que se apresenta diz respeito à natureza dessa contribuição mínima do significado inerente à raiz. Haveria um sentido primitivo a partir do qual outros seriam derivados? Haveria vários sentidos e a orquestração com a estrutura e as demais peças ativaria um em detrimento de outros, ou uma combinação em detrimento de outra? Em suma, que relações podem ser

estabelecidas entre os diferentes traços semânticos que especificam aspectos mais essenciais do significado de cada item lexical? Afinal, se percebemos essas diferenças, elas estão representadas de alguma forma. Acreditamos que um trabalho interdisciplinar – que unisse, de um lado, intuições e perguntas bem formuladas em termos de teoria linguística e, de outro, tecnologias experimentais que nos permitissem aferir em tempo real essas computações – poderia ser bastante útil nessa tentativa de mapear a natureza da polissemia, tanto em raízes verbais quanto nas raízes de palavras em sentido amplo. Os recursos tecnológicos disponíveis hoje não são tão precisos a ponto de promover um mapeamento dos fenômenos já mapeados em teoria e há debates sobre a comensurabilidade desse mapeamento (Poeppel, 2005). No entanto, algum trabalho já vem sendo feito na direção dessa busca, como Pylkkanen *et al.* (2006), Gomes (2009) e Costa (2015), para citar estudos específicos sobre os sentidos mínimos que estariam presentes nas raízes.

Na arquitetura dos conceitos proposta por Pustejovsky (1995), existe um conhecimento linguístico formal que estrutura uma representação do conhecimento de mundo. Essa estrutura, especificada por aspectos sensoriais diminutos, seria o que nos permite entender automaticamente e fazer previsões acerca de um dado sentido proposicional pretendido. A partir de uma nova abordagem da concepção de Pustejovsky (1995), e buscando contribuir com novas evidências para a questão de como as palavras são representadas e ativadas, Pylkkänen *et al.* (2006) desenvolve um estudo com palavras polissêmicas. Ela verifica o impacto neurofisiológico da polissemia aferida através de um protocolo que usa um magnetoencefalógrafo (MEG<sup>3</sup>). Seus resultados apontam para a possibilidade de que, no hemisfério direito do cérebro, representações semânticas interajam entre si de maneiras qualitativamente distintas quando fazem e quando não fazem parte de um mesmo item lexical. Palavras com a mesma forma fonológica, mas com **aspectos sensoriais distintos** (e.g. *paper* em *lined paper* e em *liberal paper*<sup>4</sup>) apresentaram maiores latências do componente M350, que é tido como índice de ativação lexical. Isso pode indicar ter havido competição entre sentidos que estariam de alguma forma listados dentro de uma mesma raiz. Essa competição não ocorreu

---

<sup>3</sup> A técnica de MEG (magnetoencefalografia) detecta os campos magnéticos produzidos pela atividade elétrica no cérebro, que são medidos por detectores supercondutores e amplificadores próximos ao escalpo. Possui resolução espacial de milímetros, nas áreas corticais, e excelente resolução temporal (milissegundos), o que faz dessa técnica um importante recurso para aferição da atividade cerebral relacionada a atividades linguísticas.

<sup>4</sup> *Papel pautado e jornal liberalista*. Nesse caso, *paper* tem dois sentidos diferentes, que geram, inclusive, traduções diferentes em português. Em inglês, no entanto, trata-se do mesmo item lexical. O par é comparado com *paper pautado* e *revista mensal*, caso em que se trata de dois itens lexicais diferentes, *paper* e *magazine*.

para pares com associação semântica (*lined paper – monthly magazine*), que ativam raízes distintas e obtiveram facilitação.

Gomes (2009) apresenta resultados análogos ao observar os efeitos de *priming* em palavras distintas, mas associadas por **aspectos sensoriais equivalentes**. Pares do tipo *batata-panela* – em que *prime* e alvo ativam o mesmo componente sensorial – apresentam latências menores no hemisfério direito, indicando facilitação. Mais especificamente sobre estrutura argumental, podemos citar o trabalho de Costa (2015) que investiga se crianças de 24 meses adquirindo o francês são sensíveis a manipulações quanto a estrutura argumental a partir de um estudo experimental utilizando a técnica de ERP/EEG. A autora manipulou a estrutura esquelética de raízes verbais comparando a ativação cerebral a frases com verbos de transferência como em NP dat DAR DP e sua versão agramatical NP dat DAR CP. Essa segunda estrutura aparece na língua em verbos gramaticais como em verbos de comunicação. Os resultados das crianças de 24 meses demonstraram haver ativação distinta para frases gramaticais vs. agramaticais. Os dados foram interpretados pela autora como forte indício de que, após dois anos de maturação da cognição de linguagem, crianças sabem inconscientemente que certos verbos entram em estruturas argumentais específicas, o que significa que elas também estão cientes de que certas raízes verbais, mesmo que plausíveis na arquitetura da linguagem, resistiriam entrar em outra estrutura possível.

Esses resultados, ainda que incipientes, trazem pistas e intuições que nos permitem vislumbrar uma possibilidade de entender a natureza da complexidade lexical, especificamente no que diz respeito à representação desses aspectos semânticos primitivos inerentes às raízes.

## 5. Conclusão

Neste artigo fizemos uma breve reflexão sobre os diversos sentidos que um mesmo verbo pode abarcar, de modo a confirmar as intuições que colocam em perspectiva a ideia de que o item lexical carrega toda a informação que determinará sua natureza. Ao mostrarmos, a exemplo de Lemle & Castro (2009), que uma mesma raiz verbal pode figurar em diferentes paradigmas, reiteramos a ideia de “orquestração interativa” (p.3) entre os sentidos mínimos presentes nas raízes, a estrutura sintática e as outras peças de vocabulário presentes na estrutura, conforme sugerido pelas autoras.

Em sentido amplo, o trabalho permitiu uma reflexão sobre algumas das questões de que tratam os estudos em interface sintaxe-semântica e sobre possíveis vantagens de uma proposta não-lexicalista na busca por uma adequação explicativa para os fatos observados. Não nos detivemos de maneira elaborada nas possibilidades de estruturas argumentais em que os verbos podem figurar, uma vez que o foco do trabalho foi ilustrar a possibilidade de diferentes sentidos para uma mesma raiz e, sobretudo, o fato de esses sentidos não serem frutos de diferentes estruturas sintáticas.

Deve-se observar que as considerações entretidas aqui são preliminares e intuitivas, na medida em que não encontramos critérios claramente estabelecidos sobre a natureza desses sentidos mínimos e sobre como eles se encontram representados. Observa-se ainda uma fluidez nas caracterizações e na definição clara do que seria o sentido enciclopédico de uma raiz verbal, assim como do que seriam os traços que, combinados, deflagrariam um ou outro dos muitos sentidos que uma raiz pode abarcar. Sendo assim, propomos uma via para explorar experimentalmente como esses sentidos mínimos estariam representados na mente dos falantes. As técnicas cada vez mais refinadas de experimentação nos trazem essa possibilidade. No entanto, é preciso que exista um guia teórico bem estruturado para nos direcionar na formulação de perguntas e indicar para onde devemos apontar nossos instrumentos.

## Referências

BORER, H. *Structuring Sense, Volume I: In Name Only*. [S.l.: s.n.], 2005. ISBN 9780199263899.

\_\_\_\_\_. *Structuring Sense, Volume II: The Normal Course of Events*. [S.l.]: Oxford University Press, 2005. ISBN 0199263914.

\_\_\_\_\_. *Exo-Skeletal vs. Endo-Skeletal Explanations: Syntactic Projections and the Lexicon*. In: MOORE, John; POLINSKY, Maria (eds.). *The Nature of Explanation in Linguistic Theory*. Stanford: CSLI Publications, 2003.

CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (Eds.) *Readings in English transformational grammar*. Waltham, Massachusetts: Blaisdell, 1970.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, MIT Press, 1995.

COSTA, M.U.C.L.M. *Argument Structure in Language Acquisition: an ERP Study*. 2015. 174f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GOMES, J. N. *A direcionalidade no relacionamento semântico: um estudo de ERP*. Dissertação de Mestrado em Linguística, UFRJ, 2009.

HALE, K.; KEYSER, S. J. (1993). On the argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In HALE, K.; KEYSER, S. J. (orgs.) *The view from the building 20*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1993.

HALLE, M; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.) *The view from building 20: essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1993, p. 111-176 (Current Studies in Linguistics, 24)

JACKENDOFF, R. *Semantic Structures*. Cambridge, MA. MIT Press, 1990.

LEMLE, M.; CASTRO, C. de A. S. *Polissemias em verbos segundo uma abordagem exoesqueletal*. 2009 (manuscrito)

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. *Unaccusativity at the syntax-lexical semantics interface*. MIT Press, Cambridge, MA, 1995.

LEVIN, B.; HOVAV, M. *Argument realization*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2005. ISBN 9780521663311

MARANTZ, A. No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. University of Pennsylvania *Working Papers in Linguistics (PWPL)*, Pennsylvania, v. 4, n. 2, Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium, 1998, p. 201-225.

MARANTZ, A. Verbal argument structure: events and participants. *Lingua*, Elsevier B.V., v. 130, p. 152–168, jun. 2013. ISSN 00243841

MEDEIROS, A. B Considerações sobre a estrutura argumental dos verbos. In: MEDEIROS, A. B.; NEVINS, A. (Org.) . *O apelo das árvores: estudos em homenagem a Miriam Lemle*, v. 1. 1. ed. São Paulo: Pontes editores, 2018.[443p], p. 231-298.

PUSTEJOVSKY, J. *The generative lexicon*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1995, 298 p.

PYLKKÄNEN, L. *Introducing arguments*. Ph.D., Massachusetts Institute of Technology, 2002.

PYLKKÄNEN, L.; LLINAS, R.; MURPHY, G. Representation of polysemy: MEG evidence. *Journal of Cognitive Neuroscience*, v. 18, n. 1, p. 1-13, 2006.